

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 13, 14 e 15/07/2009.

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e nove, às dez horas, no Carlton Hotel Brasília, situado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 5, Bloco G – Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, por ordem do Presidente, o Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, sob a coordenação, do Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário Executivo do Conselho das Cidades, que justificou a ausência do Presidente. Estavam presentes 104 conselheiros, sendo 61 titulares, 38 suplentes e 05 observadores. Os titulares foram representados por 07 conselheiros do Poder Público Federal, 04 conselheiros do Poder Público Estadual, 09 conselheiros do Poder Público Municipal, 18 conselheiros das Entidades de Movimentos Populares, 04 conselheiros das Organizações não Governamentais, 01 conselheiro das Entidades Profissionais, 07 conselheiros das Entidades Empresariais e 04 conselheiros das Entidades de Trabalhadores. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades cumprimentou os presentes e deu início à 22ª reunião apresentando a pauta: **1. Informe sobre o Dia Mundial do Habitat e Dia Mundial do “Despejo Zero”;** **2. Tema de conjuntura: A Crise da Mobilidade Urbana no Brasil;** **3. Palestra: Conclusões do 17º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito;** **4. Avaliação das contribuições do Seminário “Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o Brasil”;** **5. Solenidade de lançamento do kit de publicações do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS;** **6. Deliberação das Resoluções;** **7. Relato dos Comitês Técnicos.** Logo depois, encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Informe sobre o Dia Mundial do Habitat e Dia Mundial do “Despejo Zero”.** O conselheiro Marcos Cosmo, falando em nome do Movimento Popular, leu a síntese do documento da Frente Nacional pela Reforma Urbana. **2. Tema de conjuntura: A Crise da Mobilidade Urbana no Brasil.** Em seguida o Sr. Elcione convidou o professor Rômulo Dante Orrico Filho, Sub-Secretário Municipal de Transportes do Rio de Janeiro e professor da Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE para proferir palestra sobre a mobilidade urbana no Brasil. Ao fim, a conselheira Marli Carrara comentou que falta o controle social para a representação do usuário do transporte coletivo, já que os empresários de transportes e os empresários da construção civil compartilham os conglomerados que bancam as campanhas dos administradores e legisladores que fazem as leis e regulamentos que afetam a mobilidade urbana. A conselheira Mércia Alves da Silva e o conselheiro Carlos Comassetto indagaram como é possível, em termos da mobilidade urbana, lidar com o modelo de cidades com grande espraiamento periférico como o nosso. O professor Rômulo respondeu que o alvo central da sua exposição foi a relação entre o transporte e o uso do solo e concordou com a importância do controle social, tendo em vista, por exemplo, propostas para reduzir o IPI da gasolina e do diesel e sugeriu a possibilidade da transformação das deduções em fundos locais. Sugeriu, ainda, que o Concidades recomende que as políticas de uso do solo estejam coordenadas com as de transporte. Acrescentou, ainda, que a administração pública faça uma

contabilidade, de forma agregada, do custo de construir e do custo de transportar. Após a saída do palestrante, o debate prosseguiu com o conselheiro Nazareno Spósito. Alguns conselheiros abordaram os riscos provenientes do modelo de universalização do automóvel por meio de incentivos tributários; a introdução da tarifa-zero e preocupação sobre a ênfase no “PAC da Copa” versus o PAC da mobilidade. O Sr. João Alencar da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana explicou a necessidade de cuidado com formulas mágicas ao tratar a questão do transporte, já que a tarifa-zero cria impactos serão pagos pela sociedade. Prosseguiu afirmando que não há oposição entre o PAC Copa e o PAC Mobilidade. O conselheiro Nazareno, analisando os questionamentos, relatou exemplos de integração de políticas urbanas praticado na França, em que o governo federal financia um projeto exigindo do município um programa de mobilidade sustentável, articulando desta forma os investimentos com a política de desenvolvimento.

3. Palestra: Conclusões do 17º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. O Sr. Elcione convidou o palestrante seguinte, o Sr. Aílton Brasiliense Pires, Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, para relatar as conclusões do 17º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. Durante o debate que se seguiu à palestra, o Sr. Aílton assinalou a simplicidade envolvida numa medida barata e eficaz de priorização do transporte público, como implementar corredores exclusivos de ônibus, que só depende do trabalho técnico da prefeitura e da decisão do prefeito. O conselheiro Joaquim Cartaxo afirmou que a forma de crescimento das nossas cidades, induzida pelo mercado imobiliário é insustentável para qualquer setor, tanto no saneamento quanto na mobilidade, com um custo brutal para gerir a cidade com esta lógica. O conselheiro Nazareno ressaltou que distinguiu três encaminhamentos a partir das exposições anteriores: a importância da regionalização do debate, da transversalidade da mobilidade e desta tema ser central na 4ª Conferência das Cidades. O Sr. Aílton comentou que a regionalização e a transversalidade dizem respeito às regiões metropolitanas e que são objeto de projetos que interferem em vários municípios. Acrescentou, neste sentido, da importância do plano diretor para orientar o crescimento ordenado das cidades. Finalizou dizendo que o crescimento populacional e da frota urbana são inevitáveis, mas os direitos têm que ser respeitados conforme o que está escrito no Código de Trânsito Brasileiro: em primeiro lugar o pedestre, depois o ciclista, depois o transporte público, depois o transporte de carga e, por último, o automóvel. No segundo dia de reunião, ao início dos trabalhos, o Sr. Elcione informou que continuaria na condução dos trabalhos porque o Ministro estava em viagem com o Presidente da República. O Secretário Executivo do Conselho consultou o plenário sobre a inclusão da apresentação de um relato sobre a aprovação da PEC 285/08, da Moradia Digna, que foi aprovada na Comissão Especial, com a presença dos deputados Paulo Teixeira e Zezéu Ribeiro. A inclusão foi aprovada para a depois da exposição da

4. Avaliação das contribuições do Seminário “Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o Brasil” pelo conselheiro Jurandir Guatassara. O Conselheiro considerou que o Seminário não discutiu o projeto de lei proposto pelo GT Sistema, e sim, que foi organizado para reunir contribuições sobre a Política de Nacional de Desenvolvimento Urbano - fazer uma discussão geral sobre a questão da Política e não simplesmente do Sistema. Avaliou que as contribuições haviam sido muito ricas e que tanto o GT Sistema como o Conselho precisavam se debruçar sobre a documentação produzida pela relatoria, a fim de retomar a discussão da construção da política do Sistema, particularmente sobre a questão do financiamento. Em seguida o Sr. Elcione informou a presença dos deputados Zezéu Ribeiro e Paulo Teixeira, que compareceram Reunião para relatar a aprovação do Substitutivo da PEC 285/2008 e chamou à mesa os dois expositores Miguel Lobato,

Miguel Sastre. O conselheiro Miguel Lobato informou que foi montado um grupo para acompanhar a tramitação da PEC de autoria do deputado Paulo Teixeira, que teve aprovada a sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente foi aprovado o parecer do relator, deputado Zezéu Ribeiro, na Comissão Especial. Explicou que faltava, ainda, aprovar em dois turnos na Câmara e depois no Senado. O deputado Paulo Teixeira disse que a autoria da PEC, na verdade, foi coletiva, com a participação na sua elaboração dos diversos segmentos representados no Conselho. Comentou que a PEC completava um ciclo importante da luta pela moradia, da permanência dessa política, ou seja, ela garante que essa política não será uma política de governo e sim de estado e tem como propósito perenizar os recursos para moradia. A votação foi decisiva, neste momento, já que, no último ano antes das eleições, são somente mais dois meses nesse ano e mais seis meses do próximo, e esses dois últimos meses são sensíveis para votar matérias importantes no Congresso. Para a aprovação é necessária uma estratégia envolvendo três vetores. O primeiro é o convencimento do governo, pois quando se reserva recursos, diminui a discricionariedade do governante e isso engendra oposição. O segundo vetor é a Câmara Federal no sentido de convencer os parlamentares a pautar, até dezembro, a votação da PEC. E o terceiro vetor é o de uma ampla mobilização social. O deputado Zezéu Ribeiro explicou que diferente da educação e a da saúde, que são vinculações permanentes, a vinculação proposta para o direito à moradia deveria ser transitória, e é por isso que entra no capítulo das Disposições Transitórias, para superar uma situação de fato, que é o déficit habitacional. O deputado abordou uma questão polêmica introduzida no Relatório: para as cidades com menos de 20 mil habitantes, com a não exigência do FINHIS. Acrescentou que a maior dificuldade para a aprovação do Projeto pode vir dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, que são tradicionalmente avessos à vinculação de recursos.

5. Solenidade de lançamento do kit de publicações do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS. No começo da seção do terceiro dia, o Sr Elcione informou o lançamento do kit de publicações da Secretaria de Saneamento composto por três livros com as contribuições de diversos atores - pesquisadores, acadêmicos e profissionais, abordando assuntos que envolvem diretamente o saneamento e também um caderno do programa de educação ambiental, mobilização social e saneamento. O Secretário Executivo chamou para ocupar assento na mesa alguns dos responsáveis pela coletânea: Secretário Nacional de Saneamento Ambiental Leodegar Tiscoski, Sérgio Gonçalves, Diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, João Ferreira Santiago – Assessor Especial da Presidência da República, Paula Baratella – do Ministério da Integração Nacional, Renata Maranhão – do Ministério do Meio Ambiente, Luciano Chagas – do Ministério da Educação, Débora Klingerman, da Fundação Osvaldo Cruz, Berenice de Souza Cordeiro, da Secretaria Nacional de Saneamento. O Ministro Marcio Fortes convidou todos a se manifestarem sobre a iniciativa. O Sr. Sérgio Gonçalves ressaltou o caráter multidisciplinar e intersetorial do trabalho, com a participação de vários ministérios e parceiros. Os demais convidados exaltaram a iniciativa e explanaram sobre o significado da obra. Ao final, a Sra. Berenice, que foi a coordenadora editorial da coletânea, negou que coletânea ela seja um conjunto de livros didáticos, mas sim uma obra autoral que representa a reflexão que cada autor agregou sobre o tema. Mas há uma unidade na coletânea, na medida em que representa uma oportunidade de construir um campo de reflexão sobre o saneamento como política pública. O Ministro Marcio Fortes comentou que a problemática do saneamento ainda não está completamente assimilada na consciência da sociedade: o marco regulatório já foi aprovado e no momento discute-se o decreto para a implementação das políticas. Esclareceu que a falta de atenção ao

tema, durante tanto tempo, não foi por culpa dos municípios e estados, mas sim porque faltavam políticas perenes, que justificassem a elaboração dos projetos e a manutenção das equipes técnicas. Como o valor dos recursos são altíssimos, ninguém iria simplesmente investir em projetos que não tivessem um apoio financeiro, uma parceria com a União, por exemplo, para que eles pudessem ser levados adiante. No momento atual, as prefeituras, os governos de estado, as empresas estaduais, os serviços autônomos estão já preparados para receberem recursos e participarem. Há, ainda, dificuldades, muitas vezes pela qualidade dos projetos, pois ainda há falta de equipe técnica nos municípios mais pobres, para discutir com a Caixa Econômica Federal e lidar com problemas de licenças ambientais, regularização fundiária e elaboração de editais, mas espera-se que tudo isto possa ser vencido com mais tranquilidade. Finalmente, deseja que o Conselho traga críticas, sugestões de temas que não foram tratados ou que poderiam ser ainda mais desenvolvidas.

6. Deliberação das Resoluções. O Sr. Elcione Diniz assumiu a palavra para ler a proposta que recomenda ao Ministério das Cidades a apoiar a PEC 285/2008, que acrescenta artigo ao ato das disposições constitucionais transitórias para dispor sobre a vinculação dos recursos orçamentários da união, dos estados e dos municípios para os respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social. Como não houve consenso, a votação definiu, com dois votos contra e uma abstenção, a supressão do antigo artigo quarto da Resolução (Recomendar que o Ministério das Cidades, a Secretaria de Relações Institucionais e a Secretaria Geral da Presidência da República, elaborem e referendem uma cartilha sobre os motivos da construção da PEC, o impacto e o alcance financeiro dessa emenda, ressaltando a importância da participação da sociedade na discussão e no acompanhamento da aprovação da PEC), introduzindo nova redação do artigo quarto (Recomendar que o Ministério das Cidades promova gestões junto à Secretaria de Relações Institucionais no sentido de ser assinalada ao Congresso Nacional a necessidade de suprimir o parágrafo 5º do inciso III do artigo 1º do texto da PEC 285/2008, que isenta as cidades com menos de 20 mil habitantes de atuarem no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social). O Sr. Elcione leu a proposta seguinte, recomendando ao Ministério das Cidades que seja estabelecido como critério de prioridade para atendimento dos seus programas a realização pelos estados e municípios das Conferências das Cidades e a implementação dos seus Conselhos Estaduais e Municipais. A Proposta foi aprovada. O Secretário Executivo do Conselho leu a terceira proposta recomendando ao Ministério das Cidades o encaminhamento ao Congresso Nacional das propostas de aperfeiçoamento do Projeto de Lei 1687/2007, da Mobilidade Urbana. A matéria foi aprovada com uma posição contrária. A última proposta recomenda ao Ministério das Cidades a revisão da proposta orçamentária de 2010 e o descontingenciamento dos recursos orçamentários de 2009, para a Secretaria Nacional de Programas Urbanos. A proposta foi aprovada por unanimidade, incluindo no texto a prioridade para o Programa de Regularização Fundiária.

7. Relato dos Comitês Técnicos. O Sr. João Alencar, técnico da Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana informou que o Comitê Técnico de Transporte e Mobilidade Urbana realizou a leitura crítica e a consolidação da exposição de motivos preparadas como anexo introdutório à proposta de aperfeiçoamento do PL 1687/2007. O Sr. Sérgio Gonçalves da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental relatou a aprovação de duas notas de repúdio ao artigo escrito por Vander Mariani, publicado na Revista Sanear, da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais. Em seguida a Conselheira Regina Ferreira recuperou a questão da regulamentação da Lei do Saneamento Básico, quando, a fim de garantir a participação dos conselheiros na construção da política de saneamento, foi feita uma minuta para o decreto de

regulamentação, que representou o produto de uma ampla discussão ocorrida durante uma oficina realizada no ano corrente. Entretanto, o Comitê de Saneamento verificou que a minuta encaminhada para o Sidof, sistema que executa a circulação de praxe dos documentos nos órgãos do poder público, havia sofrido alterações no conteúdo o que configurou um desrespeito ao papel soberano do Conselho de formular políticas. A Conselheira solicitou uma audiência com a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência, com a presença do Ministério das Cidades, para dialogar com o conjunto de Ministérios, tendo como referência a minuta que foi aprovada no plenário do Conselho. Para tanto a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental propôs a constituição de um grupo de trabalho - GT Decreto Saneamento - para acompanhar as tratativas e reuniões do Governo, com vistas à regulamentação da Lei de Saneamento Básico. Propõe, ainda, que sejam incluídas nas atas das Reuniões do Conselho as resoluções que foram aprovadas. A Conselheira solicitou, ainda, que seja encaminhada pelo Ministro uma requisição ao IBGE para que disponibilize os dados da PNAD de 2008. Em seguida foram lidas as Notas de Repúdio elaboradas pelo Comitê Técnico de Saneamento e do Poder Público Municipal. Após o sumário das reuniões dos Comitês de Habitação e Solo Urbano, o Sr. Elcione Diniz se despediu e agradeceu a presença de todos.